

Tapetão, ideologia e totalitarismo

Há pouco, nas câmaras de vereadores de inúmeros municípios, tramitou o projeto de lei que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (PME). Sua versão federal, o Plano Nacional de Educação (PNE), que, inclusive, serve de base para os planos municipais, foi intensamente discutida em Brasília no ano passado, oportunidade em que a proposta da "igualdade de gênero", foi amplamente rechaçada e retirada toda linguagem nesse sentido de seu texto final.

A proposta da citada igualdade, encampada pelo MEC e apoiada na "teoria de gênero", perdeu a partida, em dois tempos - Câmara e Senado - na arena democrática do parlamento nacional, culminando com a edição da Lei Federal 13.005/14, que instituiu o PNE. Mas o time derrotado não se deu por satisfeito e partiu para o terceiro tempo, de maneira a contornar a vontade majoritária contrária, expressada pela voz da democracia representativa.

Numa manobra que deixaria o famoso advogado do tricolor carioca com inveja, a Conferência Nacional da Educação (CNE), onde o MEC atua incisivamente, elaborou um documento-base para a formulação dos planos municipais. A proposta de "igualdade de gênero", derrotada em Brasília, reaparece contundentemente, a fim de ver triunfada nos municípios. Inclusive, em Brasília, embora seja um distrito. O tema, que foi expulso da casa da democracia pela porta da frente, retorna pela fresta do basculante do porão dos fundos. Nem o dito advogado faria uma chicana melhor. Ou, sob um certo ângulo, pior.

Alguém mais desavisado poderia questionar a insistência do MEC nesse sentido. Segundo o MEC, a "teoria de gênero" seria uma forma bem concreta de tutela das minorias e sua adoção, como proposta pedagógica, seria um avanço civilizacional em respeito aos direitos humanos. Contudo, a "teoria de gênero" é tão arbitrária quanto a chicana que procura favorecê-la.

A "teoria de gênero" defende a total irrelevância do dado biológico, com seus componentes fisiológicos, psíquicos e psicossomáticos, na constituição da identidade sexual do indivíduo. Ela simplesmente elimina, sem qualquer critério científico sustentável, esse dado como premissa epistemológica no estudo da sexualidade humana.

Nesse sentido, não existiria um gênero só (humano), fundado em dois sexos (feminino e masculino). Agora, seriam dois sexos, determinados naturalmente (masculino e feminino), com uma infinidade de gênero, entendido como os papéis sexuais exercidos pelos indivíduos na sociedade no curso da história (heterossexual, homossexual, bissexual, transsexual e outros).

O gênero do indivíduo seria uma elaboração estritamente pessoal e cambiável ao longo de sua existência, toda vez que ele "descobrisse-se" pertencente a esse ou àquele papel sexual. Então, como efeito, o dado biológico seria uma dimensão aprisionante, da qual o indivíduo deveria libertar-se histórica e culturalmente em prol de sua emancipação sexual.

Ao ignorar, solenemente, o dado biológico e, somado a isso, transformado o CNE numa espécie de um tapetão para chamar de seu, a aludida teoria começa a deixar a cair a máscara pedagógica para mostrar sua faceta ideológica, porque, além de carecer de cientificidade, ainda atua em favor do proselitismo de uma concepção única da sexualidade, tomada a partir das premissas do movimento feminista de gênero.

Percebemos claramente que, se o combate à toda forma de injusta discriminação impõe-se em nossa realidade social, por outro lado, não é por intermédio da instituição governamental de um único modo de pensar, ver ou sentir à sociedade que isso será superado. Essa postura tem o nítido aroma da intolerância, tal como tudo que namora com o totalitarismo político: as notações desse aroma são a mordada ao pensamento divergente, a mobilização do patrulhamento inquisitório e a ridicularização do adversário na arena dialógica.

No meio desse cenário composto por tapetão, ideologia e pendor totalitário, notamos que seus artífices são incapazes de lidar com nossa rica diversidade democrática, bem avessa à canga da prosápia que sustentam, porque um verdadeiro e próprio democrata deveria apenas pensar que posicionamentos opostos nada mais são que outros modos de pensar de outros cidadãos, os quais têm tantos direitos quanto ele. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, pesquisador, professor, coordenador do IFE Campinas e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com)

Artigo publicado no jornal *Correio Popular*, edição 1/7/ 2015, Página A-2, Opinião.

http://correio.rac.com.br/index.php?id=/colunistas/andre_fernandes

"Lavagem cerebral - O paradoxo da igualdade de gênero"



Documentário norueguês conduzido pelo sociólogo Harald Eia mostra paradoxos com relação ao tema da “ideologia de gênero”. Na Noruega e em países vizinhos, políticas de igualdade de gênero foram adotadas. Contudo, mesmo depois de adotadas, as pessoas continuaram a se comportar como antes, demonstrando como a Ideologia de Gênero é paradoxal por si só. Para mostrar isso Harald viaja, estuda e entrevista uma série de pessoas, trazendo grande fundamentação ao que discute.

Um exemplo é o caso de profissões tradicionalmente típicas a homens e tradicionalmente típicas a mulheres. Harald Eia, com base em pesquisas, mostra que, mesmo depois das políticas de gênero aplicadas, as profissões tipicamente masculinas continuaram a ter maioria masculina e nas femininas o mesmo foi observado.

Para assistir ao documentário, [clique aqui](#).

"Lavagem cerebral - O paradoxo da igualdade de gênero"



Documentário norueguês conduzido pelo sociólogo Harald Eia mostra paradoxos com relação ao tema da “ideologia de gênero”. Na Noruega e em países vizinhos, políticas de igualdade de gênero foram adotadas. Contudo, mesmo depois de adotadas, as pessoas continuaram a se comportar como antes, demonstrando como a Ideologia de Gênero é paradoxal por si só. Para mostrar isso Harald viaja, estuda e entrevista uma série de pessoas, trazendo grande fundamentação ao que discute.

Um exemplo é o caso de profissões tradicionalmente típicas a homens e tradicionalmente típicas a mulheres. Harald Eia, com base em pesquisas, mostra que, mesmo depois das políticas de gênero aplicadas, as profissões tipicamente masculinas continuaram a ter maioria masculina e nas femininas o mesmo foi observado.

Para assistir ao documentário, [clique aqui](#).

Perspectiva de gênero: seu perigo e alcance (por Jutta Burggraf)



“O gênero é uma construção cultural; por isso não é nem resultado causal do sexo, nem tão aparentemente fixo como o sexo. Ao teorizar que o gênero é uma construção radicalmente independente do sexo, o próprio gênero chega a ser um artifício livre de ataduras; em consequência, homem e masculino poderiam significar tanto um corpo feminino como um masculino; mulher e feminino tanto um corpo masculino como um feminino.” (1).

Estas palavras, que poderiam parecer saídas de um livro de ficção científica que vaticina uma séria perda do senso comum no ser humano, não são outra coisa senão um extrato do livro *“Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”* (“O Problema do Gênero: o Feminismo e a Subversão da Identidade”) da feminista radical Judith Butler, que vem servido há vários anos como livro de texto em diversos programas de estudos femininos em universidades norte americanas de prestígio, onde a perspectiva de gênero vem sendo amplamente promovida.

Enquanto muitas pessoas poderiam continuar considerando o termo ‘gênero’ como simplesmente uma forma cortês de dizer ‘sexo’ para evitar o sentido secundário que ‘sexo’ tem em inglês. E que, portanto, ‘gênero’ se refira a seres humanos masculinos e femininos, existem outros que há muitos anos decidiram difundir toda uma “nova perspectiva” do termo. Esta perspectiva, para surpresa de muitos, refere-se ao termo gênero como “papéis socialmente construídos”.

A IV Conferencia Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995 em Pequim (1.2), foi o cenário escolhido pelos promotores da nova perspectiva para lançar uma forte campanha de persuasão e difusão. É por isso que desde esse momento a “perspectiva de gênero” vem se filtrando em diferentes âmbitos não apenas nos países industrializados, como também nos países em vias de desenvolvimento.

Definição do termo gênero

Precisamente na cúpula de Pequim, muitos delegados participantes que ignoravam esta “nova perspectiva” do termo em questão, solicitaram a seus principais promotores uma definição clara que pudesse esclarecer o debate. Deste modo a cúpula da conferência da ONU emitiu a seguinte definição:

“O gênero se refere às relações entre mulheres e homens baseadas em papéis definidos socialmente que se refiram a um ou outro sexo”.

Esta definição criou confusão entre os delegados da Conferência, muitos dos quais solicitaram uma descrição mais explícita do termo, pressentindo que pudesse estar mascarando a promoção de certas ideias sobre as orientações e identidades homossexuais, entre outras coisas. Nessa altura, Bella Abzug, ex-congressista dos Estados Unidos, interveio para completar a nova interpretação do termo

“gênero”:

“O sentido do termo ‘gênero’ evoluiu, diferenciando-se da palavra ‘sexo’ para expressar a realidade de que a situação e os papéis da mulher e do homem são construções sociais sujeitas a mudança”.

 Ficava claro, portanto, que os partidários da perspectiva de gênero propunham algo tão temerário como, por exemplo, que “não existe um homem natural ou uma mulher natural, que não há um conjunto de características ou uma conduta exclusiva de um só sexo, nem sequer na a vida psíquica” (2). Deste modo, “a inexistência de uma essência feminina ou masculina nos permite rejeitar a suposta ‘superioridade’ de um ou outro sexo, e questionar que haja uma forma ‘natural’ de sexualidade humana” (3).

Perante tal situação, muitos delegados questionaram o termo assim como sua inclusão no documento. No entanto, a ex-deputada Abzug argumentou acirradamente em seu favor:

“O conceito de ‘gênero’ está encravado no discurso social, político e legal contemporâneo. Foi integrado à planificação conceitual, à linguagem, aos documentos e programas dos sistemas das Nações Unidas. As atuais tentativas de vários Estados Membro de apagar o termo ‘gênero’ da Plataforma de Ação e substituí-lo por ‘sexo’ é uma tentativa insultante e degradante de revogar as conquistas das mulheres, de intimidar-nos e de bloquear o progresso futuro”.

A obsessão de Bella Abzug por incluir o termo em Pequim chamou a atenção de muitos delegados. No entanto o assombro e desconcerto foram maiores assim que um dos participantes difundiu alguns textos empregados pelas feministas de gênero, professoras de reconhecidos Colleges e Universidades dos Estados Unidos. De acordo com a lista de leituras obtida pelo delegado, as “feministas de gênero” defendem e difundem as seguintes definições:

- “Hegemonia ou hegemônico”: Ideias ou conceitos aceitos universalmente como naturais, mas que

na realidade são construções sociais.

- “Desconstrução”: a tarefa de denunciar as ideias e a linguagem hegemônicas (isto é, aceitas universalmente como naturais), com o objetivo de convencer as pessoas de que suas percepções da realidade são construções sociais.
- “Patriarcado”, “Patriarcal”: Institucionalização do controle masculino sobre a mulher, os filhos e a sociedade, que perpetua a posição de subordinada da mulher.
- “Perversidade polimorfa”, “sexualmente polimorfo”: Os homens e as mulheres não sentem atração por pessoas do sexo oposto por natureza, mas sim por um condicionamento da sociedade. Deste modo, o desejo sexual pode dirigir-se a qualquer um dos sexos.
- “Heterossexualidade obrigatória”: as pessoas são forçadas a pensar que o mundo está dividido em dois sexos que se atraem sexualmente um ao outro.
- “Preferência ou orientação sexual”: Existem diversas formas de sexualidade, que incluem homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis – como equivalentes à heterossexualidade.
- “Homofobia”: Temor a relações com pessoas do mesmo sexo; pessoas com preconceitos contra os homossexuais. O termo se baseia na noção de que o preconceito contra os homossexuais tem suas raízes na exaltação das tendências homossexuais.

Estas definições foram tomadas do material obrigatório do curso “Re-Imagem do Gênero” ministrado num prestigiosa faculdade norte-americana. Do mesmo modo, as afirmações seguintes correspondem à bibliografia obrigatória do citado curso:

“A teoria feminista já não pode permitir-se o luxo de simplesmente proclamar uma tolerância do ‘lesbianismo’ como ‘estilo alternativo de vida’ ou fazer alusão e mostrar as lésbicas. Atrasou-se demais uma crítica feminista da orientação heterossexual obrigatória da mulher” (4).

“Uma estratégia apropriada e viável do direito ao aborto é a de informar toda mulher de que a penetração heterossexual é uma violação, seja qual for sua experiência subjetiva contrária”. (5)

As afirmações citadas poderiam parecer suficientemente reveladoras sobre a perigosa agenda dos promotores desta “perspectiva”. Há, no entanto outros postulados que as “feministas de gênero” propagam cada vez com mais força:

“Cada criança atribui a si mesma uma ou outra categoria baseada na forma e tamanho de seus órgãos genitais. Uma vez feita essa atribuição, nós nos transformamos no que a cultura pensa que cada um é – feminina ou masculino-. Embora muitos acreditem que o homem e a mulher são a expressão natural de um plano genético, o gênero é produto da cultura e o pensamento humano, uma construção social que cria a ‘verdadeira natureza’ de todo indivíduo”. (6)

Deste modo, para as “feministas de gênero”, o conceito “implica pertencer a uma classe, e a classe pressupõe uma desigualdade. A luta por desconstruir o gênero levará muito mais rapidamente à meta”. (7)

O feminismo de gênero



Mas em que consiste o “feminismo de gênero” e qual é a diferença com o comumente conhecido feminismo? Para entender mais em profundidade o debate em torno do “termo gênero”, vale a pena

responder a esta pergunta.

O termo “feministas de gênero” foi cunhado pela primeira vez por Christina Hoff Sommers em seu livro *“Who Stole Feminism?”* (“Quem roubou o Feminismo?”), com o objetivo de diferenciar o feminismo de ideologia radical surgido no final dos anos 60, do anterior movimento feminista de igualdade. Eis aqui as suas palavras:

“O feminismo de ‘equidade’ é simplesmente a crença na igualdade legal e moral dos sexos. Uma feminista de equidade quer para a mulher o que quer para todos: tratamento justo, ausência de discriminação. Pelo contrário, o feminismo de ‘gênero’ é uma ideologia que pretende abarcar tudo, segundo a qual a mulher está presa num sistema patriarcal opressivo. A feminista de equidade acredita que as coisas melhoraram muito para a mulher; a feminista de ‘gênero’ em geral pensa que pioraram. Com frequência vê sinais de patriarcado e pensa que a situação tende a piorar. O que carece de base na realidade. A situação nunca esteve melhor para a mulher, que hoje compõe 55% dos estudantes universitários, enquanto a diferença salarial continua diminuindo”. (8)

Aparentemente esse “feminismo de gênero” teve forte presença na Cúpula de Pequim. É o que afirma Dale O’Leary, autora de numerosos ensaios sobre a mulher e participante na Conferência de Pequim, garantindo que durante todas as jornadas de trabalho, as mulheres que se identificaram como feministas defendiam persistentemente a inclusão da “perspectiva de gênero” no texto, definindo “gênero” como ‘papéis socialmente construídos’ utilizando essa palavra em lugar de ‘mulher’ ou de masculino e feminino. De fato, todas as pessoas familiarizadas com os objetivos do “feminismo de gênero”, reconheceram imediatamente a conexão entre a mencionada ideologia e o anteprojeto do “Programa Espanhol de Ação” de 27 de fevereiro que incluía propostas aparentemente inocentes e termos particularmente ambíguos (8.1).

Neo Marxismo

Com palavras de Dale O’Leary, a teoria do “feminismo de gênero” se baseia numa interpretação neomarxista da história. Começa com a afirmação de Marx de que toda a história é uma luta de classes, de opressor contra oprimido, numa batalha que se resolverá só quando os oprimidos se conscientizem de sua situação, unam-se em revolução e imponham uma ditadura dos oprimidos. A sociedade será totalmente reconstruída e emergirá a sociedade sem classes, livre de conflitos, que garantirá a paz e prosperidade utópicas para todos.

O’Leary diz ainda que foi Frederick Engels quem assentou as bases da união entre o marxismo e o feminismo. Para comprovar, cita o livro *“Origem da Família, Propriedade e Estado”*, escrito pelo pensador alemão em 1884 onde afirma:



“O primeiro antagonismo de classes da história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher unidos em matrimônio monogâmico, e a primeira opressão de uma classe por outra, com a do sexo feminino pelo masculino”. (9)

Segundo O’Leary, os marxistas clássicos acreditavam que o sistema de classes desapareceria uma vez que se eliminasse a propriedade privada, se facilitasse o divórcio, se aceitasse a ilegitimidade, se forçasse a entrada da mulher no mercado de trabalho laboral, se colocasse as crianças em instituições de cuidado diário e se eliminasse a religião. No entanto, para as “feministas de gênero”,

os marxistas fracassaram por concentrar-se em soluções econômicas sem atacar diretamente a família, que era a verdadeira causa das classes.

Nesse sentido, a feminista Shulamith Firestone afirma a necessidade de destruir a diferença de classes, mais ainda, a diferença de sexos:

“Assegurar a eliminação das classes sexuais requer que a classe subjugada (as mulheres) una-se em revolução e se aposse do controle da reprodução; se restitua à mulher a propriedade sobre sus próprios corpos, como também o controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto as novas tecnologias como todas as instituições sociais de nascimento e cuidado de crianças. Assim como a meta final da revolução socialista era não apenas acabar com o privilégio da classe econômica, mas também com a própria distinção entre classes econômicas, a meta definitiva da revolução feminista deve ser igualmente – ao contrário do primeiro movimento feminista – não apenas acabar com o privilégio masculino, mas também com a própria diferença de sexos: as diferenças genitais entre os seres humanos já não importariam culturalmente”. (10)

Quando a natureza atrapalha

Está claro, então, que nesta nova “perspectiva de gênero”, a realidade da natureza incomoda, atrapalha e, portanto, deve desaparecer. A este respeito, a própria Shulamith Firestone disse:

O ‘natural’ não é necessariamente um valor ‘humano’ . A humanidade começou a superar a natureza; já não podemos mais justificar a continuação de um sistema discriminatório de classes por sexos em razão das suas origens na natureza. Com efeito, pela simples razão de pragmatismo começa a parecer que devemos nos livrar dele “. (11)

 Para os defensores apaixonados da “nova perspectiva”, não se devem fazer distinções porque qualquer diferença é suspeita, má, ofensiva. Eles dizem ainda que toda diferença entre o homem e a mulher é construção social e, portanto, tem que ser mudada. Procuram estabelecer a plena igualdade entre homens e mulheres, independentemente das diferenças naturais entre os dois, especialmente diferenças sexuais; ainda mais, relativizam a noção de sexo de modo que, segundo eles, não haveria dois sexos, mas sim muitas “orientações sexuais”.

Assim, os mencionados promotores do “gênero” não viram melhor opção que declarar guerra à natureza e às opções da mulher. De acordo com O’Leary, as “feministas de gênero” frequentemente denigrem o respeito pela mulher com a mesma veemência com que atacam a falta de respeito, porque para elas o “inimigo” é a diferença.

No entanto, é evidente que nem toda diferença é má nem muito menos irreal. Tanto o homem como a mulher têm suas próprias particularidades naturais que devem ser postas ao serviço do outro, para se chegar a um enriquecimento mútuo. Claro que isto não significa que os recursos pessoais da feminilidade sejam menores que os da masculinidade; significa simplesmente que são diferentes. Neste sentido, se aceitamos o fato de que homem e mulher são diferentes, uma diferença estatística entre homens e mulheres que participem em uma atividade concreta poderia ser mais que uma demonstração de discriminação, o simples reflexo dessas diferenças naturais entre homem e mulher.

Apesar disso, perante a evidência de que estas diferenças são naturais, os propagandistas da “nova perspectiva” não questionam suas colocações, antes atacam o conceito de natureza.

Além disso, consideram que as diferenças de “gênero”, que segundo eles existem por construção social, forçam a mulher a ser dependente do homem e, portanto, a liberdade para as mulheres consistirá, não em atuar sem restrições injustas, mas em libertar-se de “papéis de gênero socialmente construídos.” Nesse sentido, Ann Ferguson e Nancy Folbre afirmam:

“As feministas devem encontrar formas de apoio para que a mulher identifique seus interesses com a mulher, mais do que com os seus deveres pessoais para com o homem no contexto da família. Isso requer o estabelecimento de uma cultura feminista revolucionária, auto definida da mulher, que possa sustentá-la, ideológica e materialmente “fora do patriarcado.” As redes de suporte contra-hegemônicas cultural e material podem fornecer substitutos mulher-identificados da produção sexo-afetiva patriarcal que proporcionem às mulheres maior controle sobre seus corpos, seu tempo de trabalho e seu senso de si mesmas “. (12)

Para esta finalidade, Ferguson e Folbre projetaram quatro áreas-chave de “ataque”:

1. Solicitar apoio financeiro oficial para cuidar das crianças e dos direitos reprodutivos.
2. Exigir a liberdade sexual, incluindo o direito de preferência sexual (direitos dos homossexuais).
3. O controle feminista da produção ideológica e cultural. É importante porque a produção cultural afeta finalidades pessoais, o sentido de si mesma, as redes sociais e a produção de redes de criação e afeto, amizade e parentesco social.
4. Estabelecer ajuda mútua: sistemas de apoio econômico para a mulher, a partir de redes de identificação única com a mulher, até juntas de mulheres nos sindicatos que lutem pelos interesses femininos no trabalho assalariado. (13)

Uma boa desculpa: A mulher

 Depois de rever a peculiar “agenda feminista”, Dale O’Leary evidencia que a finalidade de cada ponto da mesma não é melhorar a situação da mulher, mas separar a mulher do homem e destruir a identificação de seus interesses com os de suas famílias. Além disso, acrescenta a especialista, o interesse primordial do feminismo radical nunca foi diretamente melhorar a situação das mulheres nem aumentar a sua liberdade. Pelo contrário, para as feministas radicais ativas, pequenas melhorias podem dificultar a revolução de classe sexo/gênero.

Esta afirmação é confirmada pela feminista Heidi Hartmann que radicalmente afirma:

“A questão da mulher nunca foi a ‘questão feminista’. Esta se dirige às causas da desigualdade sexual entre homens e mulheres, da dominação masculina sobre as mulheres.” (14)

Não surpreendentemente, durante a Conferência de Pequim, a delegada canadense Valerie Raymond expressou seu compromisso em que a cúpula da mulher fosse abordada paradoxalmente “não como uma ‘conferência da mulher’, mas uma conferência na qual todos os temas fossem enfocados sob uma ‘ótica de gênero ‘.”

É o que diz O’Leary, a “nova perspectiva” visa impulsionar a agenda homossexual/lesbiana/bissexual/transexual, e não os interesses das mulheres comuns e correntes.

Papéis socialmente construídos

Para tratar este ponto, tomemos a definição de “gênero” registrada em um folheto que as partidárias desta opinião distribuíram na Reunião do PrepCom (Comitê Preparatório de Pequim).

Gênero se refere aos papéis e responsabilidades da mulher e do homens que são determinados socialmente. O gênero está relacionado à forma como somos vistos e se espera que pensemos e atuemos como mulheres e homens pela forma como a sociedade está organizada, não por nossas diferenças biológicas.

Vale explicitar que o termo “papel” distorce a discussão. Na sequência do estudo O’Leary, o “papel” é definido principalmente como: parte de uma produção teatral em que uma pessoa especialmente vestida e maquiada, desempenha um papel de acordo com um roteiro escrito. O uso do termo “papel” ou da frase: ‘papeis desempenhados’ transmite necessariamente a sensação de algo artificial que se impõe à pessoa.

Quando “papel” é substituído por outro termo - como vocação - , torna-se claro como o termo “papel” afeta nossa percepção de identidade. Vocação envolve algo autêntico, não artificial, uma chamada para ser o que somos. Nós respondemos ao nosso chamado para realizar a nossa natureza ou desenvolver nossos talentos e habilidades inatos. Nesse sentido, por exemplo, O’Leary destaca a vocação feminina para a maternidade, pois a maternidade não é um ‘papel’. Quando uma mãe concebe uma criança, esta começou um relacionamento de vida com outro ser humano. Esta relação define a mulher, atribui a ela certas responsabilidades e afeta quase todos os aspectos de sua vida. Ela não está representando o papel de mãe; ela é uma mãe. Cultura e tradição certamente influenciam a maneira pela qual as mulheres cumprem as responsabilidades da maternidade, mas não criam mães, esclarece O’Leary.

No entanto, os promotores da “perspectiva de gênero” insistem que qualquer relação ou atividade dos seres humanos é o resultado de uma “construção social” que dá ao homem uma posição superior na sociedade e à mulher uma inferior. Neste ponto de vista, a promoção da mulher exige que se liberte toda a sociedade desta “construção social”, de modo que o homem e a mulher sejam iguais.

Para isso, as “feministas de gênero” apontam para a necessidade urgente de “desconstruir estes papéis socialmente construídos”, que, segundo eles, podem ser divididos em três categorias principais:

1. Masculinidade e Feminilidade. Consideram que os homens e mulheres adultos são construções sociais; que na verdade o ser humano nasce sexualmente neutro e, em seguida, é socializado em homem ou mulher. Essa socialização, dizem eles, afeta negativamente e de forma injusta as mulheres. Por isso, as feministas propõem depurar a educação e os meios de comunicação de todo estereótipo ou imagem específica de gênero, para que as crianças possam crescer sem serem expostas a trabalhos “sexo-específicos”.
2. As relações de família: pai, mãe, marido e mulher. As feministas não só pretendem que se substituam estes termos “gêneros-específicos” por palavras “gênero neutro”, mas ainda aspiram que não haja diferenças no comportamento ou responsabilidade entre homem e a mulher na família. Segundo Dale O’Lary, esta é a categoria de “papéis socialmente construídos” a que as feministas atribuem maior importância, porque elas acreditam que a experiência das relações “sexo-específicas” na família são a principal causa do sistema de classes “sexo / gênero”.
3. Ocupações ou profissões. O terceiro tipo de “papéis socialmente construídos” inclui as ocupações que uma sociedade atribui a um ou outro sexo.

Embora as três categorias de “construção social” já poderiam ser suficientes, o repertório das

“feministas do gênero” inclui mais uma: a reprodução humana, dizem elas, também é determinada socialmente. A este respeito, Heidi Hartmann diz:

“A maneira como se propaga a espécie é determinada socialmente. Se as pessoas são biologicamente sexualmente polimorfas e a sociedade estivesse organizada de forma a permitir igualmente todas as formas de expressão sexual, a reprodução seria resultado só de alguns encontros sexuais: os heterossexuais. A estrita divisão de trabalho por sexos, uma invenção social comum a toda a sociedade conhecida, cria dois gêneros muito separados e a necessidade de que o homem e a mulher se unam por razões econômicas. Contribui assim a direcionar suas exigências sexuais em direção à conduta heterossexual garantindo assim a reprodução biológica. Em sociedades mais imaginativas a reprodução biológica poderia ser assegurada com outras técnicas.” (15)

O objetivo: desconstruir a sociedade

Fica claro, portanto, que o objetivo dos promotores da “perspectiva de gênero”, fortemente presente em Pequim, é chegar a uma sociedade sem classes de sexo. Para fazer isso, eles propõem desconstruir a linguagem, as relações familiares, a reprodução, a sexualidade, a educação, a religião, a cultura, entre outras coisas. A este respeito, o material de trabalho do curso Re-Imagem do Gênero, tem a seguinte redação:

 *“O gênero implica classe, e a classe pressupõe desigualdade. Lutar para desconstruir o gênero levará muito mais rapidamente para a meta. Bem, é uma cultura patriarcal e o gênero parece ser básico para o patriarcado. Afinal, os homens não gozariam do privilégio masculino se não houvesse homens. E as mulheres não seriam oprimidas, se não existisse uma coisa como ‘a mulher’. Acabar com o gênero é acabar com o patriarcado, como também com as muitas injustiças perpetradas em nome da desigualdade entre os gêneros”. (16)*

Nesse sentido, Susan Moller Okin escreve um artigo no qual se lança a prognosticar o que para ela seria o “sonhado futuro sem gêneros”.

“Não haveria suposições sobre papéis masculinos e femininos; dar à luz seria conceitualmente tão distante da criação dos filhos, que seria motivo de surpresa que homens e mulheres não fossem igualmente responsáveis por áreas domésticas, ou que as crianças passassem mais tempo com um dos pais do que com outro. Seria um futuro em que homens e mulheres participariam em número aproximadamente igual em todas as esferas da vida, desde o cuidado das crianças até o cargo político de mais alto nível, incluindo os mais variados tipos de trabalho assalariado. Se quisermos salvar a menor lealdade para com nossos ideais democráticos, é essencial distanciar-nos do gênero. Parece inegável que a dissolução dos papéis de gênero contribuirá para promover a justiça em toda a nossa sociedade, fazer da família um lugar muito mais apto para que as crianças desenvolvam um senso de justiça”. (17)

Para este fim, elas também propõem a “desconstrução da educação”, tal como se lê no discurso da Presidente da Islândia, Vigdis Finnbogadóttir, em uma conferência preparatória para a Conferência de Pequim, organizado pelo Conselho Europeu em Fevereiro de 1995. Para ela, assim como para todos os outros defensores da “perspectiva de gênero”, urge desconstruir não só a família, mas também a educação. As meninas devem ser orientadas para áreas não tradicionais, sem expô-las a imagem da mulher como esposa ou mãe, ou envolvê-las em atividades femininas tradicionais.

“A educação é uma estratégia importante para mudar os preconceitos sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade. A perspectiva do ‘gênero’ deve ser integrada nos programas. Devem ser removidos os estereótipos em livros didáticos e sensibilizar os professores nesta matéria, a fim de assegurar que as crianças façam uma escolha profissional informada, e não com base em tradições cheias de preconceitos sobre ‘gênero’ (18).

Primeiro alvo: a família



“O fim da família biológica também irá eliminar a necessidade de repressão sexual. A homossexualidade masculina, lesbianismo e sexo extraconjugal já não se verão mais na forma liberal como opções alternativas fora do âmbito da regulação estatal. Em vez disso, até as categorias de homossexualidade e heterossexualidade serão abandonadas: a própria ‘instituição das relações sexuais’ em que homens e mulheres desempenham um papel bem definido desaparecerá. A humanidade poderia finalmente voltar à sua sexualidade polimorficamente natural”. (19)

Estas palavras de Alison Jagger, autora de vários livros usados em programas de estudos sobre a mulher em universidades norte-americanas mostram claramente a hostilidade das “feministas de gênero” com relação a família.

“A igualdade feminista radical significa não apenas a igualdade perante a lei e nem mesmo igual satisfação das necessidades básicas, mas sim que as mulheres como os homens não tenham que dar à luz. A destruição da família biológica que Freud nunca imaginou, permitirá o surgimento de novos homens e mulheres, diferentes de todos que já existiram “. (20)

Aparentemente, a principal razão para a rejeição feminista da família é que, para elas, esta instituição básica da sociedade “cria e apoia o sistema de classes sexo/gênero”. Assim explica Christine Riddiough, colaborador da revista publicada pela instituição internacional anti-vida “Catholics for a Free Choice” (“Católicas pelo Direito de Decidir”):

“A família nos dá as primeiras lições de ideologia de classe dominante e também fornece legitimidade às outras instituições da sociedade civil. Nossas famílias são as que nos ensinam primeiro a religião, a ser bons cidadãos. Tão completa é a hegemonia da classe dominante na família, que somos ensinados que esta encarna a ordem natural das coisas. Baseia-se nomeadamente, em uma relação entre o homem e a mulher que reprime a sexualidade, especialmente a sexualidade feminina”. (21)

Para aqueles com uma visão marxista das diferenças de classes como a causa dos problemas, diz O’Leary, “diferente” é sempre ‘desigual’ e ‘desigual’ é sempre “opressor”. Neste sentido, as “feministas de gênero” consideram que, quando a mulher cuida de seus filhos em casa e o marido trabalha fora de casa, as responsabilidades são diferentes e, portanto, não igualitárias. Em seguida, veem esta “desigualdade” no lar como causa de “desigualdade” na vida pública, já que a mulher, cujo principal interesse seria o lar, nem sempre teria o tempo e energia para se dedicar à vida pública. Por isso afirmam:

“Nós acreditamos que nenhuma mulher deve ter esta opção. Nenhuma mulher deveria ser autorizada a ficar em casa para cuidar de seus filhos. A sociedade deve ser totalmente diferente. As mulheres não devem ter essa escolha, porque se essa opção existe, demasiadas mulheres decidirão

por ela". (22)

Além disso, as "feministas de gênero" insistem na desconstrução da família não só porque segundo elas escraviza as mulheres, mas porque condiciona socialmente as crianças para aceitar a família, o casamento e a maternidade como algo natural. A este respeito, Nancy Chodorow diz:

"Se nosso objetivo é acabar com a divisão sexual do trabalho em que a mulher se faz maternal, devemos em primeiro lugar compreender os mecanismos que a causam. Este é o ponto no qual se deve intervir. Qualquer estratégia para a mudança, cujo objetivo abarque a liberação das restrições impostas por uma desigual organização social por gêneros, deve levar em conta a necessidade de uma reorganização fundamental do cuidado dos filhos, que deve ser compartilhado igualmente entre homens e mulheres". (23)

Fica claro que para os defensores do "gênero" as responsabilidades das mulheres na família são supostamente inimigas da realização da mulher. O ambiente privado é considerado secundário e menos importante; família e trabalho doméstico são vistos como "carga" que afeta negativamente o "projeto profissional" das mulheres.

Este ataque declarado contra a família, no entanto, contrasta fortemente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela ONU em 1948. No artigo 16 desta, as Nações Unidas defendem com ênfase a família e o casamento:

1- Homens e mulheres, a partir da idade de casar têm o direito, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião, de casar e constituir família; e desfrutarão direitos iguais quanto ao casamento, durante o casamento e em caso de dissolução do casamento.

2- Somente com o livre e pleno consentimento dos futuros esposos se poderá contrair o matrimônio.

3- A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

No entanto, os arquitetos da nova "perspectiva de gênero" presente na cúpula da mulher colocaram à margem todas essas premissas e, em vez disso apontaram para a necessidade de "desconstrução" da família, do casamento, da maternidade, e da própria feminilidade para que o mundo possa ser livre.

 Em contrapartida, os representantes das principais nações comprometidas com a defesa da vida e dos valores familiares que participaram em Pequim, levantaram suas vozes contra esse tipo de propostas, especialmente ao descobrir que o documento da cúpula eliminava arbitrariamente do vocabulário do programa as palavras "esposa", "marido", "mãe", "pai". Ante tal fato, Barbara Ledeen, diretora do Fórum de Mulheres Independentes, uma organização de defesa da mulher amplamente reconhecida nos Estados Unidos, disse:

"O documento é inspirado pelas teorias feministas ultrarradicais, de velho cunho conflitivo, e representa um ataque direto aos valores da família, casamento e feminilidade".

O Papa João Paulo II, por sua vez, pouco antes da Conferência de Pequim, já tinha insistido em

apontar a estreita relação entre a mulher e a família. Durante a sua reunião com Gertrude Mongella, Secretária Geral da Conferência das Mulheres antes da Cúpula Mundial, disse:

“Não há resposta aos temas sobre a mulher, que possa ignorar o papel da mulher na família. A fim de respeitar esta ordem natural, é necessário opor-se à ideia errada de que a função da maternidade é opressiva para a mulher”.

Infelizmente, a proposta do Conselho Europeu para a Plataforma de Ação de Pequim foi completamente alheia a essas diretrizes.

“É tempo de deixar claro que os estereótipos de gênero estão desatualizados: os homens não são apenas os machos que sustentam a família nem as mulheres apenas esposas e mães. Não se deve subestimar a influência psicológica negativa de mostrar estereótipos femininos”. (24)

Dada essa postura, O’Leary escreve no seu relatório que, embora seja verdade que as mulheres não devem mostrar-se somente como esposas e mães, muitas sim são esposas e mães, e, portanto, uma imagem positiva das mulheres que se dedicam apenas ao trabalho no lar não tem nada de errado. No entanto, o objetivo da perspectiva de ‘gênero’ não é representar autenticamente a vida da mulher, mas criar um estereótipo inverso, segundo o qual as mulheres que sejam “apenas” esposas e mães nunca apareceriam sob uma luz favorável.

Saúde e direitos sexuais reprodutivos

Na mesma linha, as “feministas de gênero” incluem como parte essencial de sua agenda a promoção da “livre escolha” ou “direito de decidir” em matéria de reprodução e estilo de vida. De acordo com O’Leary, “livre escolha reprodutiva” é a expressão chave para se referir ao aborto a pedido; ao passo que “estilo de vida” tem o objetivo de promover a homossexualidade, o lesbianismo, outras formas de sexualidade, dentro ou fora do casamento. Por exemplo, os representantes do Conselho Europeu, em Pequim lançaram a seguinte proposta:

“As vozes das  mulheres jovens devem ser ouvidas, uma vez que a vida sexual não gira apenas ao redor do casamento. Isso leva ao aspecto do direito de ser diferente, seja em termos de estilo de vida: a escolha de viver com a família ou sozinha com ou sem filhos ou de preferências sexuais. Devem se reconhecer os direitos reprodutivos da mulher lésbica”. (25)

Estes “direitos” das lésbicas, também incluem o “direito” de casais lésbicas conceberem filhos através de inseminação artificial, e para adotar legalmente os filhos de suas parceiras.

Mas os defensores do “gênero” têm não apenas essas propostas, mas também defendem o “direito à saúde”, que com toda a honestidade, afasta-se completamente da verdadeira saúde dos seres humanos. Na verdade, ignorando o direito de todo ser humano à vida, propõe um direito à saúde, que inclui o direito à saúde sexual e reprodutiva. Paradoxalmente, essa “saúde reprodutiva” inclui o aborto e, portanto, a “morte” de seres humanos ainda não nascidos.

Não surpreendentemente, as “feministas do gênero” são fortes aliadas dos Ambientalistas e “Populacionistas” (ou defensores do controle da natalidade). De acordo com O’Leary, embora as três ideologias não coincidam em todos os seus aspectos, têm em comum o projeto do aborto. Por um lado, os ambientalistas e “populacionistas” consideram essencial para o sucesso de suas agendas, o rigoroso controle de fertilidade e para isso estão dispostos a usar a “perspectiva de gênero”. A

seguinte citação da Division for the Advance of Women (Divisão para o Avanço das Mulheres) proposta numa reunião organizada em consulta com o Fundo de População das Nações Unidas revela o pensamento daqueles interessados primariamente em que haja cada vez menos gente que veja o “gênero”: 

“Para serem eficazes a longo prazo, os programas de planejamento familiar devem procurar não só reduzir a fertilidade dentro dos papéis de gênero existentes, mas também alterando os papéis de gênero, a fim de reduzir a fertilidade”. (26)

Assim, os “novos direitos” propostos pelas “feministas do gênero” não se reduzem simplesmente aos direitos de “saúde reprodutiva” que, como já mencionamos, mas promovem o aborto de ser humano por nascer, mas além disso exigem o “direito” a determinar a própria identidade sexual. Num folheto distribuído durante a Conferência de Pequim, a ONG “International Gay and Lesbian Human Rights Comision” (Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas) exigiu este direito nos seguintes termos:

“Nós, abaixo assinados, convidamos os Estados-Membros a reconhecer o direito de determinar a própria identidade sexual, o direito de controlar o próprio corpo, particularmente no estabelecimento de relações íntimas, e o direito de escolher, se necessário, quando e com quem gerar e criar filhos, como elementos fundamentais de todos os direitos humanos de toda mulher, independentemente da sua orientação sexual”.

Isto é ainda mais preocupante se levarmos em conta que para as “feministas de gênero” existem cinco sexos. Rebecca J. Cook, professora de Direito na Universidade de Toronto e editora do relatório oficial da ONU em Pequim, aponta na mesma linha de seus companheiros de batalha, que os gêneros masculino e feminino, seriam uma “construção da realidade social” e devem ser abolidos. Embora pareça incrível, o documento produzido pela feminista canadense afirma que “os sexos não são mais dois, mas são cinco”, e, portanto, não deveria falar sobre homens e mulheres, mas “as mulheres heterossexuais, mulheres homossexuais, homens heterossexuais, gays e bissexuais”.

A “liberdade” dos proponentes do “gênero” para afirmar a existência de cinco sexos, contrasta com todas as provas científicas existentes segundo as quais só há duas opções a partir do ponto de vista genético: ou se é um homem ou uma mulher, e não há absolutamente nada, cientificamente falando, que esteja no meio.

Ataque à religião



Enquanto as “feministas de gênero” promovem a “desconstrução” da família, da educação e da cultura como solução para todos os problemas, põem especial ênfase na “desconstrução” da religião, que, segundo dizem, é a principal causa da opressão da mulher. Muitas ONGs credenciadas junto à ONU tem-se empenhado em criticar aqueles que eles chamam de “fundamentalistas” (cristãos católicos, evangélicos e ortodoxos, judeus e muçulmanos, ou qualquer um que se recuse a ajustar as doutrinas de sua religião com a agenda do “feminismo de gênero”). Um vídeo promovendo o Fórum das ONGs sobre a Conferência de Pequim, produzido por Judith Lasch diz:

“Nada tem feito mais para constranger a mulher que os credos e ensinamentos religiosos.”

Da mesma forma, o relatório da Reunião de Estratégias Globais para a Mulher contém numerosas referências ao fundamentalismo e à necessidade de contrariar os seus alegados ataques sobre os direitos das mulheres.

“Todas as formas de fundamentalismo, seja ele político, religioso ou cultural, exclui a mulher das normas de direitos humanos internacionalmente aceitos, e a transformam em alvos de extrema violência. A eliminação destas práticas é preocupação da comunidade internacional.”

Por outro lado, o relatório da reunião preparatória para a Conferência de Pequim, organizado pelo Conselho Europeu em Fevereiro de 1995, inclui numerosos ataques à religião.

“O surgimento de todas as formas de fundamentalismo religioso é visto como uma ameaça particular para o gozo pelas mulheres de seus direitos humanos e sua plena participação na tomada de decisões em todos os níveis da sociedade”. (27)

“Deve-se capacitar as próprias mulheres, e dar-lhes a oportunidade de determinar o que as suas culturas, religiões e costumes significam para elas”. (28)

Vale ressaltar que para o “feminismo de gênero”, a religião é uma invenção humana e as principais religiões foram inventadas por homens para oprimir as mulheres. Por isso, as feministas radicais postulam a re-imagem de Deus como Sophia: A sabedoria feminina. Nesse sentido, as “teólogas do feminismo de gênero” propõem descobrir e adorar não a Deus, mas a Deusa. Por exemplo, Carol Christ, que se autodenomina “teóloga feminista de gênero” afirma o seguinte:

“Uma mulher que se faça eco à declaração dramática de Ntosake Shange:” ‘. Encontrei a Deus em mim mesma e o amei ferozmente está dizendo: O poder feminino é forte e criativo. Está dizendo que o princípio divino, o poder salvador e sustentador, está nela mesma e já não mais verá o homem ou a figura masculina como um salvador”. (29)

Igualmente estranhas são as palavras de Elisabeth Schussler Fiorenza, outra “teóloga feminista de gênero” que nega radicalmente a possibilidade da Revelação, como lemos na seguinte citação:

“Os textos bíblicos não são a revelação de inspiração verbal nem de princípios doutrinários, mas formulações históricas. Da mesma forma, a teoria feminista insiste em que todos os textos são produto de uma cultura e história patriarcal e androcêntrica”. (30)

Além disso, Joanne Carlson Brown e Carole R. Bohn, também teólogas autointituladas “escola feminista de gênero” atacam diretamente o Cristianismo como propulsor do abuso infantil:

“O cristianismo é uma teologia abusiva que glorifica o sofrimento. É possível assombrar-se que haja muito abuso na sociedade moderna, quando a imagem teológica dominante da cultura é ‘abuso divino do filho’ de Deus Pai que exige e efetua o sofrimento e a morte de seu próprio filho? Se o Cristianismo é para ser libertador dos oprimidos, deve primeiro livrar-se dessa teologia”. (31)

Portanto, os proprietários da “nova perspectiva” promovem o ataque frontal ao cristianismo e toda figura que o represente. Em 1994, Rhonde Copelon e Berta Esperanza Hernandez elaboraram um panfleto para uma série de sessões de trabalho da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo. O folheto atacava diretamente o Vaticano por opor-se à sua agenda que, entre outras coisas, inclui o “direito à saúde reprodutiva” e, conseqüentemente, o aborto.

“Este reclamar dos direitos humanos elementares está enfrentando a oposição de todos os tipos de fundamentalistas religiosos, com o Vaticano como um líder na organização de oposição religiosa à saúde e direitos reprodutivos, incluindo até os serviços de planejamento familiar”. (32)

Em contraste com todas essas posturas de ataque e agressão à religião, à Igreja, particularmente ao Vaticano, são os pontos de vista da maioria das mulheres do mundo que, conforme relatado por O’Leary defendem suas tradições religiosas como a melhor proteção dos direitos e a dignidade das mulheres. Mulheres católicas, evangélicas, ortodoxas e mulheres judias agradecem, em particular, os ensinamentos de suas crenças sobre casamento, família, sexualidade e respeito pela vida humana.

O Vaticano, por sua vez, afirmou nos meses anteriores a Pequim o perigo da tendência do texto proposto pela ONU (33), de que se deixe de lado o direito das mulheres à liberdade de consciência e de religião nas instituições de ensino.

Conclusão

Nas palavras de Dale O’Leary, o “feminismo de gênero” é um sistema fechado contra o qual não há nenhuma maneira de discutir. Você não pode apelar para a natureza, ou a razão, à experiência ou às opiniões e desejos de mulheres reais, porque de acordo com as “feministas do gênero” tudo isso é “socialmente construído”. Não importa quanta evidência se acumule contra suas ideias; elas vão continuar a insistir que é simplesmente mais uma prova da conspiração patriarcal massiva contra as mulheres.

No entanto, existem muitas pessoas que talvez por falta de informação, ainda não estão conscientes da nova proposta e dos perigosos alcances da mesma. Vale a pena, pois conhecer esta “perspectiva de gênero” que, segundo informações fidedignas, está atualmente não só ganhando força nos países desenvolvidos, mas, aparentemente, também começou a infiltrar-se em outras mídias. Basta rever alguns materiais educativos, veiculados não só nas escolas, mas também em universidades de prestígio.

No entanto, nos Estados Unidos o “feminismo de gênero” conseguiu colocar-se no centro da corrente cultural norte-americana. Prestigiadas universidades e faculdades difundem abertamente essa perspectiva. Além disso, muitas séries de televisão americanas fazem a sua parte para espalhar a seguinte mensagem: identidade sexual pode “desconstruir-se” e masculinidade e feminilidade não são mais que “papéis de gênero construídos socialmente”.

Considerando-se que o avanço das tecnologias conseguiu que estes programas com toda a nova “perspectiva de gênero” cheguem diariamente aos países em vias de desenvolvimento, principalmente através da televisão por cabo, sem excluir as muitas outras formas de mídia em nosso tempo, isto nos coloca ante um novo desafio que temos de enfrentar o mais cedo possível para evitar as consequências graves que já está ocasionando no Primeiro Mundo. Especialmente quando, nas palavras de O’Leary, a “desconstrução” da família e o ataque à religião, à tradição e aos valores culturais que as “feministas de gênero” promovem nos países em desenvolvimento, afeta o mundo inteiro.

Notas

[1] Judith Butler, *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, Routledge, New York, 1990, p. 6.

[1.2] Veja-se, no texto final desta conferência (http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf), a título de exemplo, o ponto 24 da "pauta de compromisso" e o ponto 96 da "plataforma de ação". Acesso em 03.06.15.

[2] veja-se o trabalho de Cristina Delgado, Reporte sobre la Conferencia Regional de Mar de Plata, Argentina, onde recolhe diversas citações de "feministas de gênero".

[3] Ibidem

[4] Adrienne Rich, "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence", Blood, Bread and Poetry, p. 27.

[5] Ibidem, p. 70.

[6] Lucy Gilber y Paula Wesbster, "The Dangers of Feminity", Gender Differences: Sociology of Biology?, p. 41.

[7] Gender Outlaw, p. 115.

[8] Entrevista a Christina Hoff Sommers en Faith and Freedom, 1994, p. 2.

[8.1] A propósito:
<http://www.acidigital.com/noticias/ideologia-de-genero-prejudica-educacao-espanhola-adverte-perito-60361/>. Acesso em 03.06.15.

[9] Frederick Engels, The Origin of the Family, Property and the State, International Publishers, New York, 1972, pp. 65-66.

[10] Shulamith Firestone, The Dialectic of Sex, Bantam Books, New York, 1970, p. 12.

[11] Ibidem, p. 10.

[12] Ann Ferguson & Nancy Folbre, "The Unhappy Marriage of Patriarch and Capitalism", Women and Revolution, p. 80.

[13] Ibidem

[14] Heidi Harmann, "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism", Women and Revolution, South End Press, Boston, 1981, p. 5.

[15] Ibidem, p. 16.

[16] Gender Outlaw, p. 115.

[17] Susan Moller Okin, "Change the Family, Change the World", Utne Reader, Marzo/Abril, 1990, p. 75.

[18] Council of Europe, "Equality and Democracy: Utopia or Challenge?", Palais de l'Europe, Strasbourg, Febrero 9-11, 1995, p. 38.

[19] Alison Jagger, "Political Philosophies of Womens Liberation", Feminism and Philosophy,

Littlefield, Adams & Co., Totowa, New Jersey, 1977, p. 13.

[20] *Idem ibidem*, p. 14.

[21] Christine Riddiough, "Socialism, Feminism and Gay/Lesbian Liberation", *Women and Revolution*, p. 80.

[22] Christina Hoff Sommers, *Who Stole Feminism?*, Simon & Shuster, New York, 1994, p. 257.

[23] Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering*, U. of CA Press, Berkeley, 1978, p. 215.

[24] Council of Europe, "Equality and Democracy: Utopia of Challenge?", Palais delEurope, Strasbourg, Febrero 9-11, 1995.

[25] *Ibidem*, p. 25.

[26] "Gender Perspective in Family Planning Programs", Division for the Advancement of Women.

[27] Council of Europe, "Equality and Democracy: Utopia of Challenge?", Palais delEurope, Strasbourg, Febrero 9-11, 1995, p. 13.

[28] *Ibidem*, p. 16.

[29] Carol Christ, *Womanspirit Rising*, p. 277.

[30] Elisabeth Schussler Fiorenza, *In Memory of Her*, Crossroad, New York, 1987, p. 15.

[31] Joanne Carlson Brown and Carole R. Bohn, *Christianity, Patriarchy, and Abuse: A Feminist Critique*, p. 26.

[32] Rondhe Copelon y Berta Esperanza Hernández, *Sexual and Reproductive Rights and Health as Human Rights: Concepts and Strategies; An Introduction for Activitists*, Human

[33] Recentemente, o papa Francisco reafirmou que a ideologia de gênero é uma "colonização ideológica, um erro da mente humana". Veja em: <http://www.acidigital.com/noticias/ideologia-de-genero-e-um-erro-da-mente-humana-assinala-o-papa-88036/> e <http://www.acidigital.com/noticias/papa-francisco-a-ideologia-de-genero-e-contraria-ao-plano-de-deus-10716/>. Acesso em 03.06.15.

Jutta Burggraf é Doutora em Filosofia pela Universidade de Navarra

Tradução: Cristina Murano

Revisão final: André Gonçalves Fernandes

Fonte:

<http://www.notivida.com.ar/Articulos/Genero/Perspectiva%20de%20Genero,%20peligros%20y%20al>

[cances.html](#)

Tags: Discriminação, Feminismo, Ideologia de gênero, Plano Municipal de Educação,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/tapetao-ideologia-e-totalitarismo/>